

Arquidiocese de Juiz de Fora



Sínodo dos Bispos – 2023 Fase Diocesana

Sínodo dos Bispos – 2023

Fase Diocesana

Síntese Diocesana

INTRODUÇÃO

A Arquidiocese de Juiz de Fora celebrou a fase Diocesana do Sínodo 2022/23, num processo profundo de escuta nas Paróquias, com suas Pastorais e Movimentos. Para a realização dos trabalhos desta fase, o Arcebispo Metropolitano, Dom Gil Antônio, nomeou uma equipe formada por cinco padres que, em comunhão com ele e com a equipe do Sínodo Arquidiocesano, conduziram este processo.

Foi utilizada a metodologia já praticada em outras assembleias diocesanas, assim como na realização do I e II Sínodos Arquidiocesanos: iniciou-se com a escuta nos pequenos grupos atuantes, considerados forças vivas nas Paróquias e em outros setores da vida arquidiocesana. Esta ação foi efetuada em forma de celebrações, na sua maioria, presenciais, seguida de encontros em nível forâneo, denominados *Koinonia*, que serviram para escuta, partilha e ampliação do material utilizado para a elaboração deste relatório.

Após a realização dos encontros, as paróquias, foranias e variadas expressões da Igreja, enviaram os resultados obtidos para a elaboração da presente síntese.

Como é que este “caminhar juntos” se realiza hoje na vossa Igreja particular?

A busca deste “caminhar juntos” tem se concretizado, nestes últimos tempos, na realização do I e II Sínodos Arquidiocesanos. No período de 3 de dezembro de 2009 a 13 de junho de 2011, foi realizado o I Sínodo da Arquidiocese com a proposta de trilhar um caminho de reflexão sobre a unidade e ação Evangelizadora desta Igreja particular. Teve como lema: “Fazei discípulos meus”. Estes 18 meses de celebração contribuíram para que a Igreja se percebesse missionária em sua origem e fundamento, pois partindo da reflexão sobre o caminho de Emaús, a Arquidiocese se identifica, cada vez mais, como participante do Anúncio do Evangelho.

Das reflexões sinodais, nasceram percepções e olhares para o desafio da Evangelização naquele cenário, surgindo, assim, o despertar para os quatro horizontes missionários: a Família, a Comunidade de fé, serviço da Caridade e a Educação da fé.

Destes horizontes, surgiram orientações específicas para a vida pastoral, como: o Diretório Litúrgico Sacramental, as Normas Administrativas da Arquidiocese, o Diretório para os Conselhos Pastorais, a ação junto à juventude, a abertura para as ações missionárias explícitas. Estas orientações, desdobraram-se na criação de setores de ação direta: o Vicariato Episcopal da Vida e Família, o Vicariato Episcopal da Educação, Cultura e Juventude; o Vicariato Episcopal para a Caridade. Além disso, buscou fortalecer e reorganizar os conselhos:

Colégio dos Consultores, Conselho Presbiteral, Conselho Arquidiocesano de Pastoral e Conselho para Assuntos Econômicos. Foram também criadas as Diaconias: Hospitalar e dos Enfermos; da Esperança; e a Carcerária.

É também uma proposta do I Sínodo a reorganização dos Conselhos Paroquiais, Administrativo e de Pastoral. A reforma abordou os Conselhos Comunitários como espaço de comunhão e partilha das Pastorais, Grupos e Movimentos.

Passados 10 anos, após reuniões de revisão da caminhada sinodal, foi convocado, no ano de 2019, o II Sínodo Arquidiocesano, tendo como lema “proclamai o Evangelho pelas ruas e sobre os telhados”.

A primeira fase deste II Sínodo se iniciou em 07 de dezembro de 2019. A realidade da pandemia da Covid-19 apresentou-se como um desafio: na impossibilidade de encontros presenciais, refletir sobre a ação pastoral-missionária em um horizonte mais amplo, inclusive através do uso das mídias sociais.

A segunda fase, teve início em 31 de outubro de 2021, ainda em meio ao período pandêmico. Chegados ao ano de 2022, encerrando o processo de escuta, pode-se concluir que as inspirações do I Sínodo continuam motivando ação e testemunho de fé desta Igreja particular. Já se definem os horizontes da missão: solidariedade, caridade, revisão da vida Eclesial e gestão administrativo-pastoral. Durante o II Sínodo, foram criadas outras duas Diaconias: “Dai-lhes vós mesmos de comer”, para o cuidado das pessoas em situação de rua, e “Vinde a mim os pequeninos”, para o cuidado das crianças em situação de vulnerabilidade social. Destacamos ainda a atuação do Instituto Padre João Emílio que é um centro de referência e acolhida destas duas Diaconias.

Em sintonia com o Sínodo de Roma, a celebração do Segundo Sínodo da Arquidiocese de Juiz de Fora se insere no horizonte uma Igreja Missionária, atenta aos desafios da realidade e disposta a responder, evangelicamente, aos chamados do Senhor: Anunciai o Evangelho, pelas Ruas e Sobre os Telhados.

I. OS COMPANHEIROS DE VIAGEM

Caminhar juntos é como uma romaria, na qual pessoas diferentes, tornam-se próximas, porque vão como companheiras de viagem para atingir um objetivo comum, que é formar o Corpo de Cristo, comunidade de fé, família de irmãos. Como resultado deste processo de escuta proposto em preparação para o Sínodo de Roma, constatou-se que as comunidades eclesiais e as forças vivas da Igreja entendem este caminhar juntos, como um contínuo aprendizado, pois é o Espírito que nos inspira e nos ensina. Sendo assim, é este mesmo Espírito que apresenta os companheiros de viagem nos diversos momentos da caminhada. Deste modo, a Igreja deve, na escola do mesmo Paráclito, crescer na superação do individualismo, das polarizações e das divisões ideológicas, que são sinais do “mundanismo”, que tanto prejudicam a unidade da Igreja.

Notou-se a preocupação de perceber e respeitar as diferenças como dons e carismas dados pelo Espírito Santo. Todos são convocados a servir e capacitados a viver a missão

confiada por Cristo à Igreja. Formou-se a consciência de que desejar a uniformidade seria um fechamento à ação de Deus e um risco de empobrecer certas ações da Igreja. O Espírito gera como frutos a diversidade de dons e a pluralidade de carismas (1Cor 12,4), que devem estar todos a serviço das comunidades, tendo em vista um bem comum. Gestos carismáticos realizados fora desta perspectiva de união e comunhão da Igreja, podendo e até ser contra esta, são como um galho que, separado da videira, tende a secar (Jo 15,6).

Foi rememorado o testemunho dos Apóstolos e as atitudes das primeiras comunidades cristãs, que buscavam viver esta unidade, “perseverantes em ouvir os ensinamentos dos Apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações” (Cf. At 2,42). Foi dada atenção, principalmente à abertura ao outro, ao diálogo e respeito as diferenças. Recolheu-se nos testemunhos dos irmãos e irmãs, que colaboraram de diversas formas para esta síntese, a beleza desta consciência de que a unidade acontece em torno da Mesa Eucarística, em resposta aos ensinamentos de Jesus, em fidelidade à Tradição dos Apóstolos.

Existem pessoas e grupos que precisariam de uma peculiar atenção para uma integração mais perfeita nesta romaria. Neste processo de escuta, apresentou-se como uma constante, a preocupação com os grupos dos presidiários, dependentes químicos, moradores de rua, pessoas de outras religiões, pobres, negros, indígenas, pessoas homossexuais, imigrantes ou refugiados, mulheres e deficientes. Particular atenção precisa ser dada aos casais em segunda união e aos idosos. Interessante perceber que estas pessoas geralmente participam da vida da Igreja, mas ainda não recebem um cuidado pastoral específico e “samaritano”, que é foco da comunhão eclesial. Vale pontuar, que o II Sínodo Arquidiocesano, está trazendo como proposta o cuidado para com os idosos criando a “Pastoral dos Idosos”. Salientamos ainda, a dificuldade de incluir alguns grupos no processo da escuta nesta etapa sinodal.

II. OUVIR

Um lugar importante para escuta e discernimento na vida pastoral são os conselhos, que tem a função de ser estruturas de sinodalidade permanentemente ativas na vida da Arquidiocese e das Paróquias. O Conselho Paroquial de Pastoral (CPP) e o Conselho Paroquial para Assuntos Econômicos (CPAE) servem como particular instrumento de escuta atenta dos leigos e leigas nas paróquias. O mesmo ocorre com o Conselho Arquidiocesano de Pastoral (CAP), com o Conselho Arquidiocesano de Assuntos Econômicos (CAAC) e com outros, tais como a Comissão de Bens Culturais, Comissão “Fé e Política”. Estes são estruturas de escuta e comunhão na integração entre clérigos e leigos que colaboram com o discernimento nas variadas dimensões da vida eclesial.

Da mesma forma, as foranias proporcionam espaços de encontro e partilha entre padres e leigos. Apesar do momento atual pós-pandemia que vivemos, as foranias têm sido espaços de debates a respeito das dificuldades pastorais, em função de um caminhar juntos na fé sob a ação do Espírito. Não obstante, ainda restam alguns setores que precisam retomar seus trabalhos. Nos encontros das foranias, procura-se tomar decisões pastorais, orientadas ou consolidadas pelos diretórios arquidiocesanos e as diretrizes da CNBB. De modo geral, percebe-se a necessidade de constantemente fomentar a partilha, a troca de experiência e o debate respeitoso e fraterno como instrumentos de reflexão de fé, incluindo neste processo uma maior participação dos jovens e das mulheres.

Dentro de todo este processo de sinodalidade de nossa Arquidiocese, contamos com a colaboração dos religiosos e religiosas no ensino, na formação dos seminaristas, nos trabalhos de evangelização e missão. Destaca-se, neste mesmo sentido a acolhida e a atuação das novas comunidades. Percebe-se, entretanto, que a presença de religiosos e novas comunidades ocorre de forma concreta, majoritariamente, na cidade de Juiz de Fora, com sua população de mais de meio milhão de habitantes, oposto ao contexto das cidades do interior cuja ausência de institutos e comunidades de vida religiosa é sentida. Há ainda que se destacar, o evidente fenômeno de envelhecimento e diminuição de algumas congregações religiosas, particularmente no ramo feminino. O mesmo se nota no que diz respeito às irmandades, confrarias e ordens terceiras. A “escassez” de novas vocações à vida consagrada obriga à secularização de iniciativas propriamente de inspiração evangélica, reduzindo ou, até mesmo, anulando o impacto do testemunho espiritual destes grupos.

III. TOMAR A PALAVRA

Em tempos sombrios, de polarizações, de *fake news* e dificuldade nas relações interpessoais, torna-se ainda mais desafiador uma comunicação com liberdade e *parresia*. Apesar disso, temos presente em nossa Arquidiocese uma estrutura de comunicação com a Rádio Catedral FM, a WebTV “A voz católica”, Site e Redes Sociais arquidiocesanos, jornal “Folha Missionária”, bem como os boletins informativos das paróquias. Cada um desses meios possui suas equipes de profissionais e voluntários, leigos e clérigos, que se dedicam e se esforçam para estar também em sintonia com as redes de comunicação seculares. Ainda que não ostensiva, existe uma busca de parceria e iniciativas significativas de diálogo com os meios de comunicação locais. É preciso reconhecer, com humildade, que esse espaço de evangelização poderia ser mais ocupado, trançando linhas de ação evangelizadora que dinamizem o anúncio da Boa Nova nestes que são os “novos areópagos”.

Na Arquidiocese existem diversas iniciativas que incentivam a formação de leigos. No entanto, percebe-se a necessidade de investir ainda mais neste setor. Uma forma seria a valorização dos ministérios do leitorado, acolitado e dos catequistas, que já se encontram em fase estudo para aplicação. Estes seriam ministérios que também poderiam ser desenvolvidos por mulheres, como propõe o Papa Francisco.

IV. CELEBRAR

O caráter celebrativo deve ser o centro da vida da Igreja, sendo o espaço para a manifestação da pluralidade de dons e ministérios. Dentro deste viés, destacam-se o Diaconato Permanente, que nesta Igreja Particular possui grande atuação, sendo formados os diáconos tanto para o serviço litúrgico, quanto para a atuação na missão caritativa. Ainda dentro desta esfera, ressalta-se os Ministérios de música, Ministérios Extraordinários da Comunhão Eucarística e dos Enfermos, Ministério da Palavra e das Exéquias, forças leigas que enriquecem o servir da Igreja nas Celebrações.

No processo de escuta, nesta fase diocesana, as comunidades apresentaram como um dos pontos altos da vida celebrativa nas paróquias, as Festas dos Padroeiros, quando, de maneira

muito simples e concreta, manifesta-se a unidade da Igreja em torno da pessoa de Jesus Cristo, acolhendo fiéis nas mais diversas manifestações de fé. Torna-se também espaço de evangelização e orientação da vivência cristocêntrica da piedade popular. A festa do padroeiro ou padroeira pode contribuir, portanto, para além da confraternização e da vivência da piedade popular, como espaço de união e superação de conflitos. O testemunho dos santos, em especial o da Virgem Maria, inspira sadiamente nosso povo na vivência da fé e do discipulado missionário.

Percebe-se a necessidade de salientar o sentido mistagógico de cada rito sacramental. Não é sem muita frequência, que se constata o abandono dos fiéis da vida eclesial após a celebração dos Sacramentos, especialmente os que celebram a Crisma e o Matrimônio. Nesta perspectiva, ressalta-se que uma catequese de inspiração catecumenal pode auxiliar a realização de um percurso de verdadeira iniciação cristã, inclusive de batizados. A retomada do processo catecumenal na iniciação cristã de adultos, através do RICA, inspira a buscar uma catequese mais querigmática. Uma catequese que se preocupe a propor um itinerário de discipulado missionário que continua inclusive após a celebração do sacramento ao qual se prepara, perpetuando, por toda a vida do fiel, segundo um compromisso cada vez mais profundo com Cristo e com sua Igreja.

V. CORRESPONSÁVEIS NA MISSÃO

O I Sínodo Arquidiocesano (2009-2013), proclamou a Igreja de Juiz de Fora em permanente estado de missão. Embora a Igreja seja toda missionária, pode-se destacar linhas de uma ação específica no que diz respeito à missão. Em primeiro lugar, a adesão particular ao projeto de “Igrejas Irmãs”. Periodicamente são enviados missionários – padres, leigos e seminaristas – mantendo-se o compromisso do cuidado pastoral da Paróquia São Martinho de Lima, segundo um projeto elaborado entre a diocese de Óbidos, no Pará, e a Arquidiocese de Juiz de Fora, a partir das conclusões do I Sínodo. A diocese de Óbidos, durante um certo período, enviou alguns seminaristas para estudarem em nosso Seminário.

A experiência de missão no Haiti, encabeçada pelo Arcebispo, Dom Gil Antônio Moreira, a partir de 2013, em resposta ao I Sínodo, consistiu, no primeiro momento, em visitas “samaritanas”. O Haiti, como é sabido, sofre problemas de diversos níveis, de raízes históricas, o que faz eclodir em disputas violentas de uma guerra civil, agravados por repetidas intempéries e desastres naturais. O Metropolita juizforano, acompanhado de um grupo de padres e leigos, realizou visitas, procurando conhecer a realidade, oferecendo ajudas imediatas, tais como: apoio espiritual, socorro material e humanitário nos serviços prestados por médicos e dentistas voluntários. O Pe. José de Anchieta Moura Lima, inspirado por essa linha de missão, a pedido do Arcebispo, já estava designado a partir para um período de permanência no Haiti, mas foi impedido pela intensificação da guerra civil e posteriormente pela pandemia da Covid-19.

Nesta linha missionária, cabe-nos ainda registrar a presença da Igreja de Juiz de Fora em colaborações com outras Igrejas Particulares nas suas necessidades pontuais, como no caso dos recentes desastres ocorridos em Brumadinho – MG e Petrópolis – RJ. A ação missionária, em conjunto com a ação caritativa da Igreja, tem sido um sinal de esperança para todos os fiéis e testemunho de uma Igreja que anseia pelo agir “samaritano”; que abre portas para o diálogo com sociedade, apresentando de forma concreta a solidariedade como caminho de superação da divisão e das polarizações ideológicas.

No que diz respeito a estes grupos específicos dedicados à missão, fazem-se presentes em nossa Igreja Particular organismos como o COMIDE, COMISE, Jovens Missionários Continentais (JMC) e grupos paroquiais de Missão. Ao tratar desta temática, neste tempo de escuta, pode-se identificar que ainda está presente na memória do nosso povo as Santas Missões Populares, especialmente aquelas vividas no final/início do milênio. Eram ações que envolviam padres, religiosos e leigos, realizadas segundo um plano de pastoral diocesano que envolvia visitas às casas das famílias, instituições educacionais e de cuidado social, comunidades urbanas e rurais. Lembra-se deste período como um bom modelo de evangelização em mutirão.

Percebe-se também que alguns territórios de missão ainda se mostram como desafiantes: nas zonas urbanas destacam-se os condomínios, universidades, favelas; e nas zonas rurais as comunidades mais distantes e aquelas com baixa frequência de fiéis, devido ao êxodo rural. Não se trata de territórios completamente ausentes da presença de testemunho cristão, mas são, sim, ambientes que necessitam de estratégias diferenciadas de evangelização que ainda não foram realizadas.

VI. DIÁLOGO NA IGREJA E NA SOCIEDADE

A busca de viver em comunhão fraterna em relação às dioceses vizinhas é uma realidade. Nesta dimensão da vida eclesial, também existem estruturas de sinodalidade, quando as dioceses que formam a Província Eclesiástica – Juiz de Fora, São João Del Rei e Leopoldina – reúnem-se periodicamente para partilha de experiências, discernimento e tomadas de decisões no que diz respeito às atividades conjuntas. Destas reuniões participam os bispos e membros de Conselhos Diocesanos. É elemento de destaque os cursos de Filosofia e Teologia para formação acadêmica dos seminaristas da Província. O Seminário Arquidiocesano Santo Antônio acolhe e forma não somente os seminaristas de Juiz de Fora, como também os da Província e os de outras dioceses, bem como os de Congregações Religiosas. Os temas fundamentais a respeito dos caminhos da formação acadêmica e espiritual dos seminaristas encontram espaço de debate e discernimento nas reuniões provinciais, no cumprimento da missão eclesial chamada a uma conversão pastoral e missionária.

O Seminário se abre como espaço oferecido, além da formação dos seminaristas, à formação de leigos, em forma de diálogo ecumênico e inter-religioso, acolhendo no quadro de alunos pessoas de outras Igreja cristãs e de outras religiões. O Seminário é também espaço para reflexões e debates filosóficos e teológicos, que iluminam e orientam o diálogo com a sociedade. As Semanas Acadêmicas dos cursos de Filosofia e Teologia promovem discussões de temas pertinentes e atuais, com grande participação de leigos e leigas da cidade e das cidades circunvizinhas. Outro meio de comunicação, ligado ao Seminário, é a Revista *Rhema*, com publicação e divulgação de artigos de conteúdo filosófico e teológico.

A arquidiocese, através de organismos pastorais como a Comissão para as Escolas Católicas e a Comissão de Bens Culturais, promove eventos destinados à formação de padres e leigos com diferentes temáticas. Os congressos, seminários, simpósios, retiros e outros eventos periódicos reúnem os educadores, professores, pesquisadores, peritos de diversas áreas, bem como pais e mães de famílias, leigos e leigas interessados nos temas discutidos.

VII. DIÁLOGO ECUMÊNICO E COM AS OUTRAS CONFISSÕES RELIGIOSAS

No que diz respeito ao Ecumenismo, percebe-se a dificuldade em abrir novas frentes de diálogo mais específico e corajoso, bilateral ou multilateral. Há algumas iniciativas de atividades em conjunto, mas o diálogo e o encontro efetivo ainda são lentos e delicados. O material entregue pelas paróquias, pastorais e movimentos deixa transparecer que as comunidades vivem com muita dificuldade o contato com outras igrejas. Fala-se muito da falta de diálogo, substituída pelo proselitismo e por disputas infrutíferas ao objetivo da unidade na pluralidade. Ao mesmo tempo, encontra-se testemunhos de atividades conjuntas, especialmente em relação ao socorro dos mais necessitados.

Observa-se igual dificuldade no que diz respeito ao diálogo com as outras confissões religiosas. Aqui também encontramos referências ao caráter proselitista do diálogo. O espaço de diálogo que deveria ser de partilha, comunhão, mútuo respeito e compreensão, tem sido lugar em que as diferenças se transformam em rixas e, os encontros, em conflitivos. A falta ou pouco conhecimento sobre as outras religiões tornam-se sementes de preconceito. O fundamentalismo religioso tem representado uma grande barreira ao diálogo, sobretudo com a ascensão e crescimento das igrejas neopentecostais. Abrir linhas de diálogo e buscar ações conjuntas é necessário, porém, com estas últimas, torna-se tarefa complexa. Em relação às igrejas históricas e aos grupos religiosos com tradições mais estabelecidas, encontra-se maior abertura para o diálogo.

Sabe-se que o caminho do diálogo é desafiador e requer tempo, acolhida do próximo e a superação de boa parte dos preconceitos e resistências ao “outro”. Deve-se estabelecer um esforço sincero para conhecer os fundamentos de outras igrejas e religiões, e decidir claramente pela busca do bem comum. Reconhecer os pontos em comum – especialmente entre as igrejas cristãs – são ações que podem aumentar o diálogo fraterno e minimizar os conflitos que ainda estão para serem resolvidos. A evangelização não pode se transformar em concorrência entre as igrejas, na procura de quem consegue conquistar mais fiéis. O respeito mútuo é testemunho de comunhão nesta sociedade marcada pelo fanatismo político, que tem provocado sofrimento e mortes de pessoas. Há necessidade de abrir o coração para encontrar eco ao antigo hino à *Koynonia*, atribuído a São Paulino de Nola: “Cessem as disputas malignas, cessem as rixas. E esteja em nosso meio Cristo Deus”. O Ecumenismo requer avanços e disponibilidade de todas as partes.

Um gesto concreto para avançar neste diálogo é a necessidade de reestruturação e retomada em novo formato da Semana de Oração pela unidade dos Cristãos. Faz-se necessária a valorização desta semana e a busca por momentos de partilha e comunhão entre os que professam a fé no Cristo ressuscitado.

VIII. AUTORIDADE E PARTICIPAÇÃO – DISCERNIR E DECIDIR

Como exposto anteriormente, nossa Igreja particular hoje conta com uma estrutura de conselhos em diversos níveis de discernimento e decisão de assuntos pastorais, jurídicos, econômicos e outros. A busca por ampla participação envolvendo leigos e clérigos, não se trata de um sistema democrático, em que vence a maioria. Trata-se de um esquema de co-participação e co-responsabilidade, de modo que as decisões tomadas correspondam à necessidade do tempo presente. Igualmente se procura agir nas paróquias e comunidades

eclesiais. Claro que, também, no interno da vida eclesial muitos passos precisam ser dados para superar os sinais de divisão que podem surgir das vaidades, inseguranças e autoritarismos. Essas fraquezas, próprias do ser humano em todos os tempos, precisam ser trabalhadas, em atenção ao apelo de Jesus: “Entre vós não deve ser assim” (Mt 20,43).

As decisões devem ser tomadas a partir daquilo que o Espírito suscita, neste processo de discernimento, ouve-se os conselhos para, enfim, chegar ao processo de decisão. O ministério de governo, a serviço da comunidade não incorre em autoritarismo, mas dá cumprimento ao que lhe é exigido pelo cargo.

IX. FORMAR-SE NA SINODALIDADE

Após este processo de escuta, percebe-se o quanto é desafiador o caminho de formação para a sinodalidade. Consta-se a particular dificuldade de formar novas lideranças, segundo a vocação de cada um. Muitas atividades pastorais são mantidas por antigas lideranças, formadas em outros tempos, necessitando, as vezes, de um melhor discernimento da comunidade e cargo assumido. Foi possível também observar o quanto as paróquias, sobretudo, as do interior de nossa Arquidiocese, são impactadas pelo êxodo rural. Especialmente os jovens precisam deixar suas cidades para melhores condições de estudo e trabalho, o que propicia o esvaziamento das comunidades rurais com pouca presença dos mesmos na vida da Igreja.

Como resultado disso, percebe-se que algumas lideranças estão desgastadas e, justamente, pela falta desta renovação, encontram-se alguns líderes que se perpetuam nos cargos, concentrando diversas funções, tanto no nível paroquial, quanto diocesano. O fenômeno do envelhecimento das lideranças, acompanhado de um significativo afastamento dos jovens da vida de Igreja, pode vir a gerar impactos na ação pastoral, tais como a repetição de esquemas e fórmulas pastorais desatualizadas, bem como a falta de novas iniciativas e soluções pastorais mais criativas.

Pode-se, entretanto, destacar algumas iniciativas de caráter formativo que apostam na formação de novas lideranças: a Escola Diaconal Santo Estêvão, que tem formado um bom número de diáconos permanentes para nossa Arquidiocese. Os diáconos estão presentes nas Paróquias e nas Diaconias, como já citado. A Escola Catequética “Padre José Sávio Ricardo”, nos últimos anos, tem se tornado um centro formativo para catequistas de toda a Arquidiocese. Há ainda outras iniciativas de formação em níveis paroquial ou forâneo, que buscam a formação dos agentes de pastoral, seja por meio de estudos bíblicos, formações litúrgica e catequética.

CONCLUSÃO

Como resultado deste processo de escuta na fase diocesana do Sínodo dos Bispos 2023, observa-se que o “ouvir” deve ser uma constante na vida eclesial. Este processo foi bastante minucioso e frutuoso. Escutar nos conduz a fazer memória dos passos já dados, contemplar os pontos fortes já conquistados, mas também nos coloca na posição de avaliar e reconhecer os passos que ainda precisam ser dados para uma melhor vivência da sinodalidade. Neste sentido, este processo de escuta foi útil, pois apontou os acertos e falhas que possibilitaram realizar um

diagnóstico da nossa vivência da sinodalidade. Alcançar a perfeita unidade é objetivo da Igreja, desejado pelo próprio Cristo: “Que todos sejam um” (Jo 17, 21). Esta unidade se traduz em “comunhão, participação e missão”.

No processo de escuta diocesana, pôde-se perscrutar a inspiração do Espírito que fala através da Igreja: *sensus fidei*. É o Espírito que nos impulsiona a caminhar juntos. Ele faz com que as pessoas reconheçam que a diversidade de dons e carismas não deve ser vivida como uma barreira, mas como serviço. E que a uniformidade não pode traduzir de modo algum a desejada unidade dos cristãos. O Espírito nos convida a acolher a pluriforme manifestação da graça, realizada na multiplicação de ministérios e serviços dentro e fora da comunidade eclesial, como um benefício para o crescimento e fortalecimento da Igreja de Cristo. Claro que para um profícuo proveito da Igreja, esses dons e carismas, traduzidos em ministérios e serviços, precisam passar por constante discernimento, guiado pelo ministério do bispo diocesano.

É preciso um treinamento para lidar com as diversidades de ideias e, ao mesmo tempo, desenvolver a capacidade de resolver conflitos e conviver com o diferente. É o Espírito que move a nossa ação pastoral e nos impulsiona a seguir a Cristo e ir ao encontro do outro. Por isto, a necessidade de orar e abrir o coração para que se realize a ação do Espírito de Deus. Nesta perspectiva, percebe-se o quanto a nossa Igreja de Juiz de Fora avançou através da sinodalidade, na disponibilidade para a missão, confiando cada vez mais, na ação do Espírito. De modo especial, deve-se ter um olhar misericordioso para os que estão à margem e carecem de um maior cuidado. A fase diocesana do Sínodo dos Bispos 2023 torna mais evidente esta urgência de um olhar fraterno para estes que tanto precisam de ajuda. Nosso II Sínodo Arquidiocesano (2019-2022) já acena para esta necessidade, o que resultou na criação das duas diaconias, já citadas anteriormente.

Por fim, somente percebendo a centralidade de Cristo em toda a ação pastoral da nossa Igreja é que se alcança os objetivos propostos pelo Sínodo e assim se eliminam as barreiras que impedem as comunidades eclesiais de crescer, nos permitindo avançar em todos os aspectos, indo ao encontro do outro, com disposição para ouvi-los, gerando este espírito de comunhão, participação e missão.

Juiz de Fora, 25 de julho de 2022

Dom Gil Antônio Moreira
Arcebispo Metropolitano de Juiz de Fora

Comissão arquidiocesana para fase diocesana do Sínodo dos Bispos – 2023:

Pe. João Francisco Batista da Silva

Pe. Kayo Cerqueira de Paiva

Pe. Felipe de Castro Costa

Pe. Rafael Coelho do Nascimento

Pe. Robert César Teixeira